

Companhia
Pernambucana de
Gás - COPERGÁS

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações de resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	1

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ATIVO CIRCULANTE	Nota	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO CIRCULANTE	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Equivalente de Caixa	4	70.278.661	77.417.407	Empréstimos e Financiamentos	13	4.866.317	4.866.317
Contas de Custódia	4	282.752	282.752	Fornecedores	11	92.004.815	97.935.512
Contas a Receber de Clientes	5	116.846.684	93.103.659	Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais a Pagar		4.854.118	4.342.366
Estoques		2.426.008	1.891.576	Tributos a pagar	6.2	9.256.575	10.658.500
Tributos a Recuperar	6.1	9.182.416	20.598.686	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	11.2	3.666.627	-
Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás	7	-	201.590	Débitos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás	7	35.105.396	26.416.761
Outros Ativos		2.741.442	1.816.079	Outros Passivos		6.359.373	1.425.292
Total do Ativo Circulante		201.757.963	195.311.749	Total do Passivo Circulante		156.113.221	145.644.748
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Empréstimos e Financiamento	13	8.516.055	13.382.373
Contas a Receber de Clientes	5	57.342.118	57.342.118	Valores em Controvérsia - Contrato Termopernambuco	20	57.669.306	57.669.306
Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás	7	32.855.730	28.925.961	Participação Financeira de Clientes	14	9.654.134	11.247.791
Depósitos Judiciais	8	11.771.636	11.210.586	Outros Passivos		-	340.642
Outros Ativos		1.368.919	1.211.447	Total do Passivo Não Circulante		75.839.495	82.640.112
Total do Realizável a Longo Prazo		103.338.403	98.690.112	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
INTANGÍVEL	9	197.789.176	209.759.561	Capital Social	11.1	152.391.670	142.208.609
Total do Ativo Não Circulante		301.127.579	308.449.673	Reserva de Lucros		66.415.821	92.606.127
				Dividendos Adicionais Propostos	11.2	52.125.335	40.661.826
				Total do Patrimônio Líquido		270.932.826	275.476.562
TOTAL DO ATIVO		502.885.542	503.761.422	TOTAL DO PASSIVO		502.885.542	503.761.422

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (em Reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA LÍQUIDA - VENDAS DE GÁS E SERVIÇOS	15	955.518.748	900.602.672
Receita de Construção	17.5	23.756.625	37.740.295
		979.275.373	938.342.967
CUSTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS VENDIDOS	16	(811.778.958)	(773.944.250)
Custo de Construção	17.5	(23.756.625)	(37.740.295)
		(835.535.583)	(811.684.545)
LUCRO BRUTO		143.739.790	126.658.422
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas Comerciais	17.1	(11.506.652)	(9.366.125)
Despesas Gerais e Administrativas	1.7.2	(36.703.574)	(40.468.030)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17.3	1.794.237	(2.110.773)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		97.323.801	74.713.494
Receitas Financeiras	17.4	9.265.482	9.197.862
Despesas Financeiras	17.4	(3.010.082)	(1.070.825)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO		103.579.201	82.840.531
Imposto de Renda	6.3	(21.279.313)	(16.017.420)
Incentivo Fiscal SUDENE	6.3	13.899.250	10.183.079
Contribuição Social	6.3	(7.977.389)	(6.031.323)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		88.221.749	70.974.867
RESULTADO POR AÇÃO - Em reais			
Básico e diluído	11.2	0,78	0,67

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (em Reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.2	88.221.749	70.974.867
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		88.221.749	70.974.867

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Capital Social	Reserva de Lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados	Total
		Reservas de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Total			
Saldo em 1º de janeiro de 2016	136.232.531	5.976.060	24.836.085	54.038.237	84.850.382	10.331.617	-	231.414.530
Dividendos Adicionais Propostos Aprovados						(10.331.617)		(10.331.617)
Aumento de capital social conforme 88ª AGE de 20/12/2016	5.976.078	(5.976.078)			(5.976.078)			-
Lucro Líquido do exercício							70.974.867	70.974.867
Destinação do lucro líquido:								-
Reserva legal			3.548.744		3.548.744		(3.548.744)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		10.183.079			10.183.079		(10.183.079)	-
Dividendos adicionais propostos						40.661.826	(40.661.826)	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio							(16.581.218)	(16.581.218)
Em 31 de dezembro de 2016	142.208.609	10.183.061	28.384.829	54.038.237	92.606.127	40.661.826	-	275.476.562
Dividendos Adicionais Propostos Aprovados						(40.661.826)		(40.661.826)
Aumento de capital social conforme 95ª AGE de 14/12/2017	10.183.061	(10.183.061)			(10.183.061)			-
Distribuição de reserva de lucros conforme AGE 96ª de 14/12/2017				(32.000.000)	(32.000.000)			(32.000.000)
Lucro Líquido do exercício							88.221.749	88.221.749
Destinação do lucro líquido:								-
Reserva legal			2.093.505		2.093.505		(2.093.505)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		13.899.250			13.899.250		(13.899.250)	-
Dividendos adicionais propostos						52.125.335	(52.125.335)	-
Dividendos mínimos obrigatórios							(3.666.627)	(3.666.627)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio							(16.437.032)	(16.437.032)
Em 31 de dezembro de 2017	152.391.670	13.899.250	30.478.334	22.038.237	66.415.821	52.125.335	-	270.932.826

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		88.221.749	70.974.867
Despesas que não afetam o caixa:			
Amortizações	9	33.582.077	27.539.011
Valor residual de intangível baixado	9	-	505.073
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		755.468	117.843
Atualização monetária de depósitos judiciais	8	(561.051)	(969.798)
Juros provisionados e não pagos	13	1.728.637	455.160
Atualização (líquida) de <i>Take or Pay</i>		(2.941.443)	-
Provisão para participação nos lucros	21	1.965.067	1.913.898
		<u>122.750.504</u>	<u>100.536.054</u>
Variação no ativo			
Contas a receber de clientes		(23.743.025)	15.973.700
Estoques		(534.432)	443.923
Tributos a recuperar		11.967.545	(140.161)
Movimentação de depósitos		-	3.926.492
Outros ativos operacionais	7	(292.574)	(17.537.805)
		<u>(12.602.486)</u>	<u>2.666.149</u>
Variação no passivo			
Fornecedores		(5.930.697)	(14.916.156)
Impostos e contribuições		19.330.481	19.808.896
Participações nos lucros		(1.913.898)	(969.958)
Participação Financeira de Clientes		(1.593.657)	-
Outros passivos operacionais		13.003.850	21.413.896
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>22.896.079</u>	<u>25.336.678</u>
Pagamento de Juros sobre empréstimos e financiamentos		(1.728.637)	(455.160)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(20.732.406)	(18.421.429)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>(22.461.043)</u>	<u>(18.876.589)</u>
Total das atividades operacionais		110.583.054	109.662.292
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações no Ativo Intangível	9	(23.756.625)	(38.245.368)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		(23.756.625)	(38.245.368)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros sobre o capital próprio pagos		(16.437.032)	(14.516.857)
Dividendos Pagos		(72.661.826)	(23.791.128)
Empréstimos e Financiamentos obtidos		-	19.465.270
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos		(4.866.317)	(1.216.579)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>(93.965.175)</u>	<u>(20.059.294)</u>
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA e EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.138.746)	51.357.630
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		77.417.407	26.059.777
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>70.278.661</u>	<u>77.417.407</u>
VARIAÇÃO NO CAIXA e EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.138.746)	51.357.630

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Nota	2017	2016
Receitas			
Receita com a distribuição de gás canalizado e outras	15	1.191.960.972	1.132.853.775
Outras receitas		55.241.803	24.111.133
		1.247.202.775	1.156.964.908
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de industrialização do gás		(975.647.949)	(889.280.237)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(25.649.579)	(22.820.360)
		(1.001.297.528)	(912.100.597)
(=) Valor Adicionado Bruto		245.905.247	244.864.311
(-) Retenções			
Amortização	9	(33.582.077)	(27.539.011)
		(33.582.077)	(27.539.011)
(=) Valor Adicionado Líquido produzido pela entidade		212.323.170	217.325.300
(+) Valor Adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	17.4	9.265.483	9.197.862
		9.265.483	9.197.862
(=) Valor Adicionado total a distribuir		221.588.653	226.523.162
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração direta		24.517.929	22.809.067
Benefícios		6.488.435	3.960.088
FGTS		1.223.927	1.038.353
		32.230.291	27.807.508
Tributos:			
Federais		36.076.501	31.240.927
Estaduais		56.683.478	81.692.284
Municipais		789.103	802.428
Outros		4.577.449	12.934.324
		98.126.531	126.669.963
Financiadores:			
Juros e despesas financeiras		3.010.082	1.070.825
		3.010.082	1.070.825
Acionistas:			
Juros sobre o capital próprio		16.437.032	16.581.218
Dividendos		55.791.962	40.661.826
		72.228.994	57.243.044
Lucros retidos		15.992.755	13.731.822
		221.588.653	226.523.162

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1 CONTEXTO OPERACIONAL - OBJETO SOCIAL

A Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (“Companhia”) tem como atividades preponderantes a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás.

Constituída em 17 de setembro de 1992, a Companhia é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual no 10.656, de 28 de setembro de 1991.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo Estado de Pernambuco, conforme contrato de concessão de 5 de novembro de 1992.

O endereço registrado do escritório da Companhia é Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 533, Imbiribeira, Recife/PE.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei Nº 6.404/76, e as alterações trazidas pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09 e normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas através das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 7 de março de 2018.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis não têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são:

Nota 5 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber: Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

Nota 9 - Amortização dos bens do ativo intangível: Taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período, segundo o contrato de concessão.

Nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas chave para determinar o valor e probabilidade da saída de recursos.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(a) Caixa e equivalente de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta corrente e aplicação financeiras de alta liquidez, de curto prazo, resgatáveis com insignificante risco de mudança de valor, que são registradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço e não superam o valor de mercado.

(b) Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa e contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

(c) Avaliação da Recuperabilidade de Ativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Até a data de aprovação das demonstrações financeiras não foram identificadas perdas por *impairment*, exceto àquelas registradas no contas a receber a título de provisão de créditos para liquidação duvidosa.

(d) Intangível

Itens objeto do contrato de concessão estão registrados no ativo intangível e são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(i) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(ii) Amortização

Apesar da concessão de 50 anos, a amortização é calculada utilizando o método linear baseado no prazo de 10 anos conforme previsto no contrato de concessão. A amortização é calculada

sobre o custo de itens do ativo intangível e reconhecida no resultado. Terrenos não são amortizados.

(iii) Avaliação da Recuperabilidade de Ativos Intangíveis

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, sendo que as análises realizadas não apontaram necessidades de ajuste.

(e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(f) Receita

(i) Receita de venda de gás

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de gás é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, quando for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e quando o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. O momento da transferência dos riscos e benefícios na venda de gás é mensurado de acordo com o consumo do gás pelo cliente.

A Receita Operacional Líquida é mensurada com base no valor do produto entregue, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

A Companhia tem como política, o reconhecimento da receita quando todos os critérios previstos na IAS 18 forem atendidos:

- A Companhia transferiu para o cliente os riscos significativos e os direitos de propriedade do item;
- A Companhia não mantém envolvimento gerencial, tão pouco, controle efetivo sobre o item vendido;
- O montante da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que o benefício econômico associado a transação flua para a Companhia; e

- Os custos incorridos e a incorrer sobre a transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(ii) Receita de serviços

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

As receitas de serviços representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação do serviço no curso normal das atividades da Companhia, deduzida de quaisquer estimativas, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador, se aplicável.

(iii) Contratos de construção - Receitas e custos

As receitas e custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC01, foram reconhecidos conforme CPC30 - Receitas, que orienta o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis, esclarecendo que quando não é possível efetuar estimativa confiável sobre a realização do ativo, somente deve ser reconhecido o ativo até o montante considerado provável de realização.

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes vencedores para realização das obras. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 17.5.

(iv) Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As receitas financeiras abrangem receitas com aplicações financeiras, juros ativos e multas.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável da concessão são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(g) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

(h) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP e está sendo divulgada como informação financeira suplementar.

(i) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 7 (CPC 03) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento;
- Modificação à IAS 12 (CPC 32) - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas;

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2017:

- IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros (a);
- IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes (a);
- IFRS 16 – Arrendamento mercantil (b);

(a) 1º de janeiro de 2018.

(b) 1º de janeiro de 2019.

(i) CPC 48 Instrumentos Financeiros – IFRS 9

A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiro – Reconhecimento e Mensuração.

Classificação - Ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9/CPC 48, substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as

mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- i. Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- ii. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com os resultados obtidos até o momento, a Companhia considera que seus ativos financeiros não devem sofrer variações relevantes, nem mesmo redução do valor recuperável, para fins de registro.

(ii) CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 (IFRS 15) estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (R1) (IAS 11) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018.

O princípio fundamental do CPC 47 (IFRS 15) consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a COPERGÁS reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Construção da infraestrutura para o Poder Concedente, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.5.
- Venda de gás canalizado, conforme divulgado na nota explicativa nº 15;
- Serviço de utilização do sistema de distribuição de gás, conforme divulgado na nota explicativa nº 15;

Os administradores avaliaram a receita proveniente da construção da infraestrutura para o Poder Concedente, visto que se trata de requerimento contábil exigido pelo ICPC 01, a fim de expressar o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis junto ao Poder Concedente. A transferência do controle ocorre no momento da construção, a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Os administradores da COPERGÁS também avaliaram as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima e entendem que as mesmas representam obrigações de desempenho distintas, os quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Além de fornecer divulgações mais abrangentes sobre as transações de receita da COPERGÁS, a administração da entidade não espera que a aplicação do CPC 47 (IFRS 15) tenha um impacto significativo sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da companhia.

(iii) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo de contabilidade único e em balanço no arrendamento para arrendatários. Um locatário reconhece um direito de uso que representa o direito de usar o ativo subjacente e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor. A contabilização do locador permanece semelhante ao padrão atual - ou seja, os locadores continuam a classificar os arrendamentos como arrendamentos mercantis ou financeiros.

Atualmente, a Companhia não possui acordos de arrendamento significativos, logo considera que não haverá impactos materiais.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E CONTA DE CUSTÓDIA

A composição do Caixa e seus equivalentes, apresentadas no Ativo Circulante, são:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	8.882.964	12.209.571
Aplicações financeiras (a)	61.395.697	65.207.836
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	70.278.661	77.417.407
Conta de Custódia (b)	282.752	282.752
Total de Caixa e Equivalente de Caixa e conta de custódia	70.561.413	77.700.159

(a) As aplicações financeiras são realizadas observando a Norma Interna de Investimentos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração, que prevê a aplicação em CDB's (Certificado de Depósito Bancário) referenciados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Em 31/12/2017 essas aplicações financeiras estão sendo rentabilizadas dentre 100,0% a 102,0% do CDI (mesma remuneração em 2016) e são efetivamente usadas no dia a dia das atividades da Companhia.

(b) Valores retidos em conta corrente do Banco do Brasil, que originalmente foram depositados pela TERMOPERNAMBUCO S.A., para pagamentos de faturas à Companhia com constituição de controvérsia.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2017	31/12/2016
TERMOPERNAMBUCO S.A. (a)	122.933.546	118.952.829
Clientes do segmento industrial	27.603.604	24.289.616
Clientes do segmento veicular	4.330.439	2.962.522
Clientes do segmento Autoprodutor	15.305.810	1.896.853
Outros	4.961.525	3.290.079
Total de contas a receber	175.134.924	151.391.899
(-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(946.122)	(946.122)
	174.188.802	150.445.777
Circulante	116.846.684	93.103.659
Não Circulante (a)	57.342.118	57.342.118
	174.188.802	150.445.777

- (a) Os valores correspondentes às vendas de gás natural junto à TERMOPERNAMBUCO são faturados mensalmente, com vencimento da parcela de Transporte até o 15º dia seguinte ao mês de consumo e as parcelas de Commodity e Remuneração COPERGÁS em 35 dias contados do primeiro dia do mês seguinte ao mês de consumo. Sua composição refere-se: (i) faturas vincendas (R\$ 65.189 mil); (ii) faturas vencidas (R\$ 57.342 mil).

A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	104.340.382	89.151.432
Vencidos até 90 dias	3.966.499	4.487.960
Vencidos há mais de 90 dias (a)	66.828.043	57.752.507
	175.134.924	151.391.899

- (a) Desse montante R\$ 57.342.118, refere-se a parte das discussões acerca do ICMS da operação de compra de gás natural pela COPERGÁS e repasse do custo equivalente à TERMOPERNAMBUCO, conforme descrito na Nota Explicativa 20 e R\$ 8.285.381 são faturas relacionadas a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), cuja causa está judicializada e com garantia de depósito judicial por parte da Petróleo Brasileiro S/A.

Em 2017 não houve movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável em relação ao 'Contas a receber e outros recebíveis'.

6 TRIBUTOS

6.1 Tributos a Recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
Crédito Pis/Cofins (a)	33.355	34.651
Saldo negativo - IRPJ/CSLL (b)	6.261.779	16.518.934
ICMS (c)	2.887.282	4.045.101
	9.182.416	20.598.686

(a) Crédito de PIS/COFINS decorrente da amortização do Ativo Intangível e Retenções na fonte.

(b) Tanto o IRPJ como a CSLL apresentaram saldo negativo na apuração do Lucro Real de 2017 e 2016. Tais valores foram transferidos para o ativo circulante para compensações no exercício subsequente.

(c) Saldo composto principalmente do crédito sobre aquisição de bens permanentes.

6.2 Tributos a Pagar

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a recolher - Regime normal	5.783.705	8.078.065
ICMS a recolher - Diferencial de alíquota	58.542	40.342
PIS/COFINS a recolher	1.478.728	1.383.165
IRRF - Folha de pagamento	217.282	169.279
INSS - Folha de pagamento	497.391	444.026
INSS retido na Fonte	154.432	87.753
ISS retido na fonte	121.507	121.563
ISS a recolher	765.291	94.842
Outros	179.697	239.465
	9.256.575	10.658.500

6.3 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

(i) Subvenções governamental

Em 29 de dezembro de 2014, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE o Laudo Constitutivo 0220/2014, que concedeu à Copergás o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento de 1.943.100.000 m³/ano por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano calendário de 1º de janeiro de 2014, considerando as atividades de produção, de tratamento e de distribuição do gás natural em tubulações.

De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2012, a Copergás protocolou junto a Receita Federal do Brasil - RFB o Pedido de Reconhecimento de direito à redução do IRPJ.

Através do Ato Declaratório Executivo DRF/REC Nº 62 (publicado no D.O.U. de 28/04/2015) a RFB declarou reconhecido o direito da Copergás de usufruir do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração.

Conforme disposição da Lei nº 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado diretamente no resultado da Companhia, na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício é transferida para a reserva de incentivos fiscais (Reserva de lucros), para posterior integralização ao Capital Social da Companhia.

(ii) Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2017		31/12/2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	103.579.201	103.579.201	82.840.531	82.840.531
Adições e exclusões Permanentes:				
Brindes e patrocínios	584.244	584.244	488.879	488.879
Provisões não dedutíveis	882.711	882.711	229.966	229.966
Reversão de provisões	(1.000)	(1.000)	(8.000)	(8.000)
Juros sobre Capital Próprio	(16.437.032)	(16.437.032)	(16.581.218)	(16.581.218)
Total	88.608.124	88.608.124	66.970.158	66.970.158
Alíquota nominal do imposto de renda (1) e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(22.128.031)	(7.974.731)	(16.718.540)	(6.027.314)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT/Lei Rouanet	856.094	-	712.254	-
(+/-) Outros	(7.376)	(2.658)	(11.135)	(4.009)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.279.313)	(7.977.389)	(16.017.421)	(6.031.323)
(-) Incentivo Fiscal SUDENE	13.899.250	-	10.183.079	-
Imposto de renda e contribuição social	(7.380.063)	(7.977.389)	(5.834.342)	(6.031.323)

(1) Está alíquota já considera o adicional de Imposto de Renda sobre o lucro excedente a R\$ 240mil/ano.

7 DÉBITOS E CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDAS E COMPRA DE GÁS

Débitos nas operações de compra e venda de gás:

Os débitos referem-se ao recebimento de valores faturados a título de *Take or Pay* (ToP) previsto no contrato de venda de gás natural, firmado entre a Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS e seus clientes do mercado não termoeletrico, podendo ser recuperado pelo cliente, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato. Em 31 de dezembro de 2017 o montante a ser recuperado pelos clientes monta em R\$ 35.105.396 (2016 – R\$ 26.416.761).

Créditos nas operações de compra e venda de gás:

O montante de R\$ 32.885.730 (2016 – R\$ 29.127.551) refere-se ao pagamento antecipado à Petrobrás referente a quantidade de gás paga e não retirada, conforme Contrato firme flexível, datado de 01 de março de 2009 e aditivos, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras.

Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente consumida durante o exercício a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade paga e não consumida poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato.

Para o contrato de compra e venda de gás para a Termopernambuco, o prazo de recuperação e pagamento das quantidades pagas e não retiradas se dá até o último mês do sétimo ano seguinte ao da apuração da quantidade paga e não retirada de um determinado ano.

Após o término do contrato, incluída as hipóteses de prorrogação, excetuada a hipótese de rescisão provocada pela TERMOPERNAMBUCO, os saldos de quantidades pagas e não retiradas serão recuperados:

- Até o limite da QDC ou aquele que venha a ser acordado entre a Copergás, Termopernambuco e a Interviente;
- No prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias seguintes ao do término do contrato.

Movimentação dos Créditos nas operações de compra e venda de gás:

	<u>Em R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	29.127.551
(+) Adições	4.663.575
(-) Compensações	<u>935.396</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>32.855.730</u>

A previsão para recuperação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se apresenta conforme o quadro a seguir.

	<u>Em R\$</u>
Previsão de compensação em 2018	5.890.710
Previsão de compensação em 2019	9.487.040
Previsão de compensação em 2020	14.175.775
Previsão de compensação em 2021	<u>3.302.205</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>32.855.730</u>

8 DEPÓSITOS JUDICIAIS

		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Processos trabalhistas		238.386	238.386
Processo nº. 2004.83.00.006156 - 0	(a)	322.961	308.330
Processo nº. 19647.002358/2003-51-G	(a)	621.285	594.941
Processo nº. 2004.83.00.018397-5	(b)	681.337	649.962
Processo nº. 10480.012750/2002-01	(a)	6.929.976	6.620.544

Processo nº. 03782412420118190001	(c)	2.146.957	2.019.724
Outros		830.734	778.699
		11.771.636	11.210.586

- (a) Refere-se a processo de reconhecimento da isenção do IRPJ;
 (b) Refere-se a processo de abstenção de cobrança da faixa de domínio federal cobrada pelo DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes;
 (c) Refere-se a processo de cumprimento de sentença arbitral (TERMO PERNAMBUCO).

Movimentação dos depósitos judiciais:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	11.210.586	14.167.279
Adições	561.050	969.798
Baixas	-	(3.926.491)
Saldo no final de exercício	11.771.636	11.210.586

9 INTANGÍVEL

A amortização foi calculada com base no prazo dos ativos formados em conformidade com o contrato de concessão (10 anos) e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

Portanto, 10 anos é, no entendimento da Administração, o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos seus ativos intangíveis, e, conseqüentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido, a Administração considera que a sua interpretação vai ao encontro das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no tocante aos itens 98, 98A e 98B do CPC 04 R1, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, por que: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Nos quadros a seguir apresenta-se a movimentação do intangível no exercício.

COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	1.018.982	-	1.018.982	1.018.982	-	1.018.982
Edificações	162.868	(40.952)	121.916	115.368	(31.564)	83.804
Benf. em imóveis de terceiros	5.410.552	(4.609.218)	801.334	5.395.572	(4.486.793)	908.779
Instalações	374.426.223	(228.440.390)	145.985.833	371.448.592	(195.932.651)	175.515.941
Móveis e utensílios	1.722.536	(1.173.859)	548.677	1.722.536	(1.072.727)	649.809
Máquinas e equipamentos	4.394.122	(2.218.465)	2.175.657	3.901.807	(1.604.320)	2.297.487
Equipamentos de informática	9.862.048	(4.934.793)	4.927.255	8.694.969	(4.156.269)	4.538.700
Obras em andamento	32.617.389	-	32.617.389	14.789.726	-	14.789.726
Participação financeira	11.269.457	(1.677.324)	9.592.133	10.040.000	(83.667)	9.956.333
	440.884.177	(243.095.001)	197.789.176	417.127.552	(207.367.991)	209.759.561

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL

	Taxa de amortização % a.a.	Saldo inicial em 01/01/2017	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final em 31/12/2017
Terrenos	-	1.018.982	-	-	-	1.018.982
Edificações	10	115.368	47.500	-	-	162.868
Benf. em imóveis de terceiros	10	5.395.572	14.980	-	-	5.410.552
Instalações	10	371.448.592	3.632.411	(654.780)	-	374.426.223
Móveis e utensílios	10	1.722.536	-	-	-	1.722.536
Máquinas e equipamentos	10	3.901.807	492.315	-	-	4.394.122
Equipamentos de informática	10	8.694.969	1.176.201	-	(9.121)	9.862.049
Obras em andamento	10	14.789.726	18.474.361	(574.677)	(72.022)	32.617.388
Participação financeira	10	10.040.000	-	1.229.457	-	11.269.457
Subtotal		417.127.552	23.837.768	-	(81.143)	440.884.177
(-) Amortização acumulada		(207.367.991)	(35.727.010)	-	-	(243.095.001)
Total do intangível		209.759.561	(11.889.242)	-	(81.143)	197.789.176

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL

	Taxa de amortização % a.a.	Saldo inicial em 01/01/2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final em 31/12/2016
Terrenos	-	890.982	128.000	-	-	1.018.982
Edificações	10	29.968	85.400	-	-	115.368
Benf. em imóveis de terceiros	10	5.347.522	48.050	-	-	5.395.572
Instalações	10	286.767.220	5.232.366	79.449.006	-	371.448.592
Móveis e utensílios	10	1.712.465	10.071	-	-	1.722.536
Máquinas e equipamentos	10	3.818.554	83.253	-	-	3.901.807
Equipamentos de informática	10	7.504.818	371.111	819.040	-	8.694.969
Obras em andamento	10	73.315.728	32.287.117	(90.308.046)	(505.073)	14.789.726
Participação financeira	10	-	-	10.040.000	-	10.040.000
Subtotal		379.387.257	38.245.368	-	(505.073)	417.127.552
(-) Amortização acumulada		(179.464.260)	(27.903.731)	-	-	(207.367.991)
Total do intangível		199.922.997	10.341.637	-	(505.073)	209.759.561

Do valor total de amortização calculada no exercício de 2017 de R\$ 35.727.010 (2016 – R\$ 7.903.731), apenas R\$ 33.582.077 (2016 – R\$ 27.539.011) foram contabilizados no resultado do exercício. A diferença de R\$ 551.275 (2016 – R\$ 364.720) refere-se a créditos de PIS/COFINS calculados sobre a amortização e R\$ 1.593.657 (não houve registro em 2016) refere-se a amortização da Participação Financeira que é contabilizada em conta redutora no Passivo Não Circulante.

10 FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Supridor de Gás	147.003.683	152.525.222
Fornecedores diversos	2.670.438	3.079.596
Total de Fornecedores	149.674.121	155.604.818
Circulante	92.004.815	97.935.512
Não Circulante (a)	57.669.306	57.669.306
	149.674.121	155.604.818

(a) Faturas vencidas junto ao supridor, decorrentes das discussões acerca do ICMS da operação de compra de gás natural, conforme mencionado na Nota 20.

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital Social

O capital social é composto de 112.973.710 (2016 - 105.424.551) ações sem valor nominal, sendo 37.657.904 (2016 - 35.141.517) ações ordinárias, e 75.315.806 (2016 - 70.283.034) ações preferenciais, todas de classe única. O valor total do Capital Social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 152.391.670 (2016 - R\$ 142.208.609).

O capital autorizado é de 300.000.000 de ações.

As ações preferenciais são nominativas não resgatáveis, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

11.2 Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº. 6.404/76, nos termos do seu artigo 202.

A proposta de distribuição do lucro líquido relativo ao exercício de 2017, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 88.206.135 (2016 - R\$ 70.974.867), pode ser demonstrada como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	88.221.748	70.974.867
(-) Reserva legal - 5% até o limite de 20% do capital	(2.093.505)	(3.548.744)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(13.899.250)	(10.183.079)
Lucro líquido ajustado para a determinação do dividendo	72.228.993	57.243.044

Distribuição proposta, equivalente a 100% do Lucro Líquido ajustado - R\$ 0,78 por ação (100% em 2016, R\$ 0,67 por

ação), composta de:

Dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro básico)	18.057.248	14.310.761
Juros sobre o capital próprio	16.437.032	16.581.218
Dividendos mínimos obrigatórios	3.666.627	-
Dividendos adicionais propostos	52.125.335	40.661.826
Total Proposto	72.228.994	57.243.044

Os Juros sobre Capital Próprio de R\$ 16.437.032 (2016 - R\$ 16.581.218) foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios líquidos de Imposto de Renda R\$ 14.390.621 (2016 - R\$ 14.516.857) distribuídos de acordo com a participação societária de cada acionista. Tais Juros estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte ao percentual de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício atribuído aos acionistas da Companhia	88.221.749	70.974.867
Total de ações ordinárias e preferenciais	112.973.710	105.424.551
Lucro por ação	0,78	0,67

12 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(i) Operações com pessoal-chave da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a remuneração total, (salários e participação nos lucros) dos conselheiros e diretores da Companhia foi de R\$ 2.192.595 e R\$ 2.128.242, respectivamente.

(ii) Transações com partes relacionadas

	31/12/2017	31/12/2016
Clientes (a)	15.305.810	1.896.853
Fornecedores (b)	147.003.683	152.525.222
Compra de gás natural	793.576.073	758.831.394

(a) Refere-se a cobrança a Tarifa de Utilização do Sistema de Distribuição de gás – TUSD.

(b) Esses valores referem-se aos débitos existentes com a PETROBRAS, relacionados ao fornecimento de gás natural, inclusive os débitos existentes relacionados a controvérsia destacados na Nota 20.

A COPERGÁS e a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS mantém contratos de fornecimento de Gás Natural, celebrados em 01/03/2009, sendo um na modalidade Firme Inflexível e outro na modalidade Interruptível.

Em 30 de abril de 2015, a Companhia firmou o aditivo nº 5 ao contrato Firme Inflexível, visando prorrogar o prazo de vigência de 31/12/2016 para 31/12/2021, conforme abaixo:

Período	Quantidade Diária Contratual (m³/dia)
De 01/01/2016 a 31/12/2021	1.500.000

Posteriormente, conforme dispositivo contratual, a COPERGÁS solicitou à PETROBRAS a postergação, de 01/01/2016 para 01/07/2016, do aumento da QDC de 1.400.000 m³/dia para 1.500.000 m³/dia.

Em relação ao suprimento de gás natural para fornecimento à cliente termoeletrico, que possui contrato exclusivo e independente dos demais clientes, relacionado com o fornecimento de gás à TERMOPIERNAMBUCO S.A., no qual consta a PETROBRÁS como interveniente, existe compromisso de compra de quantidades de gás natural em relação a quantidade diária contratada até o ano de 2024 de 2.150.000 m³/dia. A partir de maio de 2004 até o último ano da vigência do contrato, tanto a Companhia como a TERMOPIERNAMBUCO S.A. estão sujeitas as seguintes penalidades contratuais:

- I. Em relação à commodity: Caso o volume de compra seja inferior a 70% (setenta por cento) da quantidade diária contratada, deduzidas, neste cálculo, as situações de não-entrega ou não-recebimento de Gás por falha no fornecimento, paradas programadas ou por caso fortuito ou força maior.
- II. Em relação ao transporte: Caso o volume de compra seja inferior a 95% (noventa e cinco por cento) da quantidade diária contratada, deduzidas, neste cálculo, as situações de não-entrega ou não-recebimento de gás por falha no fornecimento ou por caso fortuito ou força maior.

As referidas penalidades contratuais são determinadas com base na multiplicação da insuficiência apurada no volume de compra pelo valor da parcela relativa à commodity e/ou transporte constante do preço do gás vigente no último mês do ano de fornecimento a que se refere, com PIS/COFINS e exclusive os tributos incidentes sobre sua comercialização. Os valores das penalidades deverão ser pagos pela Companhia e TERMOPIERNAMBUCO S.A. no mesmo prazo e segundo as mesmas regras e demais condições para pagamento de faturas de gás relativas ao período de faturamento.

As transações mercantis com a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, empresa ligada, estão sendo realizadas de acordo com os preços estabelecidos nos referidos contratos celebrados.

Todos os contratos descritos acima estão ativos e regulares, sendo que em 2016 e 2017 não há penalidades ou qualquer cláusula não cumprida satisfatoriamente.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia recebeu, em 12/09/2016, o repasse no valor total de R\$ 19.465.270 do Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB pela linha FNE/PROINRA, visando financiar projetos para a construção e montagem de Rede de Distribuição de Gás Natural em aço-carbono, para os Ramais Norte e Glória de Goitá. O montante está amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com a primeira em 02/10/2016 e a última em 02/09/2020, com taxa de juros prefixada em 11,18% ao ano, com um bônus de adimplência de 15%.

A fiança garantidora do financiamento foi emitida pelo Banco Bradesco S/A, com cobertura sobre o total do contrato do BNB, remunerada à taxa de 3% ao ano sobre o saldo devedor da operação.

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	4.866.317	4.866.317
Não Circulante	8.516.055	13.382.373

	<u>13.382.372</u>	<u>18.248.690</u>
Cronograma de vencimentos		
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Parcelas a vencer em 2017	-	4.866.318
Parcelas a vencer em 2018	4.866.317	4.866.317
Parcelas a vencer em 2019	4.866.317	4.866.317
Parcelas a vencer em 2020	3.649.738	3.649.738
	<u>13.382.372</u>	<u>18.248.690</u>

Os juros registrados e pagos no período foram de R\$ 1.728.637 (2016 – R\$ 455.160), contabilizados como despesa financeira, de acordo com o descrito nas políticas contábeis.

Cláusula Contratual Restritiva (*covenant*)

A cláusula vigésima quinta, que trata do vencimento antecipado, assegura ao Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB antecipar o vencimento de todos os instrumentos de crédito celebrados com a COPERGÁS, exigindo o imediato pagamento das dívidas vencidas e vincendas.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia encontra-se adimplente com esta cláusula contratual.

14 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia registrava os seguintes valores:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Acumuladores Moura S/A (a)	10.040.000	10.040.000
Outros	1.291.457	1.291.457
Amortização de Participação Financeira (b)	(1.677.323)	(83.666)
	<u>9.654.134</u>	<u>11.247.791</u>

Refere-se à parcela do investimento na Rede de Distribuição de Gás Natural – RDGN realizada pelos consumidores que exceder o limite de viabilidade econômica da concessionária, calculado conforme as regras definidas no Contrato de Concessão.

- (a) Participação financeira está diretamente vinculada a construção do gasoduto Caruaru - Belo Jardim, que possui uma extensão aproximada de 53Km, cuja obra foi concluída no decorrer de 2016, conforme aprovado pela Agência Reguladora.
- (b) Amortização calculada à taxa de 10% a.a. em conformidade com o Contrato de Concessão.

15 RECEITAS LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita bruta de vendas e serviços		
Vendas - Segmento Termoeletrico	522.344.630	473.098.320
Vendas - Segmento Industrial	628.522.289	562.147.908
Vendas - Segmento Veicular	94.500.830	76.805.619
Serviços - Segmento Autoprodutor	14.322.781	14.838.760
Outras vendas (a)	15.605.844	12.495.228
Deduções da Receita Bruta	(83.335.402)	(6.532.060)
	<u>1.191.960.972</u>	<u>1.132.853.775</u>

Tributos sobre as vendas e serviços	(236.442.224)	(232.251.103)
	955.518.748	900.602.672

O crescimento de R\$ 55 milhões decorreu principalmente do aumento no volume de vendas no mercado não termoeletrico e também do reajuste da tarifa média de vendas decorrente da variação no preço da *commodity* para todos os segmentos. A tarifa de serviços (TUSD) não foi reajustada durante o exercício.

16 CUSTOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS VENDIDOS

	31/12/2017	31/12/2016
Commodity segmento termoeletrico	(357.328.155)	(382.925.939)
Commodity segmento industrial	(346.916.776)	(304.290.851)
Commodity segmento veicular	(59.536.188)	(47.345.855)
Custos com materiais e serviços	(39.262.675)	(33.919.018)
Outros	(8.735.164)	(5.462.587)
	(811.778.958)	(773.944.250)

17 DESPESAS OPERACIONAIS

17.1 Despesas Comerciais

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(5.659.035)	(4.810.209)
Conversão de clientes	(4.496.574)	(3.570.561)
Captação de clientes	(745.598)	(354.867)
Outras	(605.445)	(630.488)
	(11.506.652)	(9.366.125)

17.2 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(15.975.039)	(13.785.522)
Tributárias	(4.642.104)	(13.002.038)
Serviços Pessoa Jurídica	(4.202.233)	(4.299.744)
Aluguéis	(1.781.361)	(1.718.205)
Participações nos lucros e resultados	(1.965.067)	(1.913.898)
Administrativas	(8.137.770)	(5.748.623)
	(36.703.574)	(40.468.030)

17.3 Outras receitas (despesas) operacionais

De acordo com o contrato celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS e a Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS, tendo como interveniente a TERMOPERNAMBUCO S/A, caso haja falha no fornecimento de gás natural à Usina Térmica (TERMOPERNAMBUCO), por responsabilidade da PETROBRAS, esta pagará à COPERGÁS o valor equivalente a multiplicação da quantidade faltante pela remuneração da COPERGÁS.

Não foi registrada receita por falha de fornecimento de gás natural nos exercícios de 2017 e 2016.

Também integram este item a Receita de *Ship or Pay* com a TERMOPERNAMBUCO no valor de R\$ 20.741.077 (2016 - R\$ 16.477.547), sendo que neste caso existe contrapartida em Outras

Despesas Operacionais em montante equivalente, para pagamento à Petrobras, sendo um dos principais valores contemplados no item de Outras Receitas (Despesas) Operacionais.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita de TOP / SOP Termoelétrico (a)	24.425.746	20.543.038
Receita de falha de programação Termoelétrico	540.626	661.540
Penalidade de programação Não Termoelétrico	1.144.032	2.686.834
Outras receitas operacionais	<u>5.374.773</u>	<u>219.721</u>
Total de receitas operacionais	<u>31.485.177</u>	<u>24.111.133</u>
Custo de TOP / SOP Termoelétrico	(24.622.431)	(20.543.038)
Custo de falha de programação Termoelétrico	(436.400)	(411.709)
Custo de TOP Não Termoelétrico	(4.409.091)	(5.088.379)
Outros custos	<u>(223.018)</u>	<u>(178.780)</u>
Total de despesas operacionais	<u>(29.690.940)</u>	<u>(26.221.906)</u>
Total de outras receitas (despesas) operacionais	<u>1.794.237</u>	<u>(2.110.773)</u>

- (a) A companhia possui contrato de compra e venda de gás natural junto a Termopernambuco S/A, na qual a Termopernambuco S/A está obrigada a uma retirada mínima de gás estipulada contratualmente. Quando a Termopernambuco S/A não alcança o compromisso mínimo de retirada de gás, a mesma incorre na incidência de TOP/SOP, e a Copergás emite cobrança conforme cláusula contratual sobre a diferença entre o compromisso mínimo de retirada e o que efetivamente foi retirado.

17.4 Receitas e Despesas Financeiras

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Juros/multas-obrigações fiscal e social	(1.466)	(25.066)
Juros e taxa sobre financiamentos	(2.320.705)	(703.343)
Descontos concedidos	(22.997)	(104.625)
Despesas bancárias	(269.298)	(223.108)
Outras despesas financeiras	<u>(395.616)</u>	<u>(14.684)</u>
Total das Despesas Financeiras	<u>(3.010.082)</u>	<u>(1.070.825)</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita sobre aplicações Financeiras	6.280.824	5.033.595
Juros e Multas	1.087.268	2.073.060
Atualização de créditos fiscais e depósitos judiciais	1.633.087	2.022.933
Outras	<u>264.303</u>	<u>68.274</u>
Total das Receitas Financeiras	<u>9.265.482</u>	<u>9.197.862</u>

17.5 Receita e Custo de Construção

Consoante o exposto na Nota 3, a construção de infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção de infraestrutura como fonte de resultado.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de Construção	23.756.625	37.740.295
Custo de Construção	<u>(23.756.625)</u>	<u>(37.740.295)</u>
Resultado	-	-

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém uma política de gerenciamento de riscos que proíbe a negociação especulativa e comercial, onde os contratos são firmados com instituições de grande porte e que apresentam experiência com instrumentos financeiros desta natureza.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (ii);
- Risco de liquidez (iii); e
- Risco de mercado (iv).

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Detalhes sobre a concentração de receita estão na nota explicativa 15.

A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela Companhia.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com cada segmento comercial.

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à 'Contas a receber de clientes'.

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição máxima ao risco de crédito para Contas a receber de clientes está conforme apresentada na nota explicativa nº 5.

A Administração acredita que os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises detalhadas do risco de crédito dos respectivos clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 70.278.661 em 31 de dezembro de 2017 (2016: R\$ 77.417.407). O risco associado ao saldo de 'Caixa e equivalentes de caixa' é minimizado através da seleção de instituições financeiras bem conceituadas.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 30 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A companhia entende que a exposição de risco de taxas de juros relativo aos passivos financeiros está limitada ao empréstimo firmado junto ao BNB, que se encontra em fase de amortização, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste - FNE, e tem taxas pré-fixadas.

Com relação aos ativos financeiros, as aplicações realizadas atendem aos critérios definidos em Política de Aplicação Financeiras aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece requisitos para escolha de instituições financeiras, seleção de modalidades de aplicação e concentração de recursos.

Análise de Sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos financeiros a qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2017, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, foram definidos cinco cenários diferentes e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

Com base no Relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e IGP-M, o indexador TJLP foi extraído do site oficial do BNDES, o indexador CDI extraído do site oficial da CETIP, e o indexador WTIPUUS - *West Texas Intermediate Spot Average* foi extraído da variação da cotação barril petróleo de referência da região do golfo do México, publicada pela Agência de Energia dos Estados Unidos (*EIA – Energy Information Administration*) para o ano de 2018 e estes foram definidos como o cenário provável, e a partir desse foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Indexadores dos ativos e passivos financeiros:

	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Indexador					
CDI	3,45%	5,18%	6,90%	8,63%	10,35%
IPCA	1,39%	2,09%	2,78%	3,48%	4,17%
TJLP	3,50%	5,25%	7,00%	8,75%	10,50%
IGP-M	2,26%	3,38%	4,51%	5,64%	6,77%
WTIPUUS	0,11%	0,16%	0,21%	0,26%	0,32%

		Saldo em 31/12/2017	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Disponibilidades e aplicações financeiras							
Caixa e equivalentes de Caixa	N/A	9.165.716	-	-	-	-	-
Aplicações Financeiras	100% CDI	61.395.697	2.118.152	3.177.227	4.236.303	5.295.379	6.354.455
Clientes	IGP-M	113.925.944	2.569.030	3.853.545	5.138.060	6.422.575	7.707.090
Take or Pay com supridora	WTIPUUS	47.271.796	49.635	74.453	99.271	124.088	148.906
			4.736.817	7.105.225	9.473.634	11.842.042	14.210.451
Empréstimos	TJLP	4.866.317	170.321	255.482	340.642	425.803	510.963
Fornecedores	IPCA	164.090.187	2.280.854	3.421.280	4.561.707	5.702.134	6.842.561
Take or Pay com clientes	WTIPUUS	35.105.396	36.861	55.291	73.721	92.152	110.582
			2.488.035	3.732.053	4.976.071	6.220.088	7.464.106

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. A Companhia não inclui informações adicionais sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

19 COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo intangível no montante de R\$ 477.734.453, bem como seguros de responsabilidade civil para as operações no montante de R\$ 5.000.000, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas.

20 PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui ações judiciais, nas quais figura no polo passivo, e que segundo seus consultores jurídicos contratados, elas apresentam risco de perda possível, pelo que não se encontram provisionados.

A ação que se destaca é a Ação Ordinária de Rescisão Antecipada do Contrato Administrativo DTC 001/05, cumulada com Indenização por Perdas e Danos, movida pela GDK S.A., que pleiteia a rescisão indireta do referido Contrato e indenização por prejuízos estimados em R\$ 85 milhões.

Em março de 2010, foi proferida sentença que acolheu parcialmente o pedido autoral de rescisão indireta do contrato, determinando que seus efeitos jurídicos retroagissem até janeiro de 2008, além de condenar a Companhia a reparar a GDK S.A. por todos os prejuízos suportados. Em abril de 2010, a Companhia opôs embargos de declaração contra a sentença, os quais foram rejeitados. Tanto a Companhia como a GDK S.A. interpuseram apelações contra a sentença.

Em novembro de 2010, foi publicada decisão monocrática por meio da qual o Desembargador Relator da Apelação intimou a COPERGÁS para se manifestar acerca do pedido de habilitação do Estado de Pernambuco como seu assistente de defesa nos autos. A COPERGÁS manifestou-se

favoravelmente ao ingresso do Estado de Pernambuco como assistente de defesa, o qual foi acolhido pelo Desembargador Relator do processo.

Em julho de 2014 foi proferida decisão de 2ª instância em que as apelações foram julgadas, tendo sido anulada a sentença de mérito de 1ª instância, para que a instrução processual fosse reaberta para oportunizar as partes a produção de provas, e consequentemente, a realização de novo julgamento. Tanto Copergás como GDK apresentaram embargos de declaração, e em seguida, COPERGÁS e GDK S.A. apresentaram recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em 26 de outubro de 2015, o Recurso Especial da COPERGÁS foi inadmitido. Em 16 de novembro de 2015, a COPERGÁS interpôs Agravo contra a decisão que inadmitiu o seu Recurso Especial. Em 12 de janeiro de 2016, a GDK foi intimada a apresentar contrarrazões ao Agravo da COPERGÁS. Em 5 de outubro de 2016, os autos do Recurso Especial da GDK foram distribuídos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) sob o nº REsp 1.631.180, com relatoria do Ministro Moura Ribeiro da 3ª Turma. Em 14 de outubro de 2016, o Ministro Relator determinou a remessa dos autos ao Ministro Gurgel de Faria para verificar a prevenção com o AResp nº 822263/PE. Em 14 de dezembro de 2016, o Ministro Relator Gurgel de Faria reconheceu a prevenção, determinando-se a redistribuição para sua relatoria.

Movimentações do processo:

- Em 11.01.2017 o Resp 1.631.180 PE (2016/0265424-4) foi Redistribuído por dependência ao Ministro GURGEL DE FARIA - PRIMEIRA TURMA. Processo preventivo: AResp 822263 (2015/0305668-5).
- Em 07.04.2017 foi publicada decisão monocrática, proferida pelo Ministro Relator que não conheceu os Recursos Especiais da GDK e da COPERGÁS.
- Em 25.04. 2017 a GDK interpôs Agravo Interno contra a decisão monocrática, tendo sido publicado despacho intimando a COPERGÁS a apresentar impugnação em 04.05.2017, o que foi feito em 24.05.2017.
- Em 27.06.2017 – A Primeira Turma do STJ negou provimento, por unanimidade, ao Agravo Regimental da GDK.
- Em 11.09.2017 - Ministério Público Federal e a Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco foram intimados eletronicamente sobre o acórdão que negou provimento ao Agravo Regimental da GDK.
- Em 26.09.2017, foi certificado o trânsito em julgado do acórdão. Na mesma data, os autos foram remetidos ao TJPE.

O valor atualizado da causa em 31 de dezembro de 2017, segundo os consultores jurídicos, está estimado em um montante de cerca de R\$ 218 milhões e consideram a probabilidade de perda possível.

**CONTROVÉRSIA NO CONTRATO DE FORNECIMENTO PARA A
TERMOPERNAMBUCO**

Em setembro de 2010 a TERMOPERNAMBUCO S.A. ingressou com pedido de arbitragem perante o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) na cidade do Rio de Janeiro, processo arbitral autuado sob o n. 2010.00865. O ingresso se deu contra a COPERGÁS, cujo pedido foi pela solução de controvérsia da improcedência de repasse do ICMS interestadual no custo de aquisição do gás natural vendido pela COPERGÁS àquela usina termelétrica. A COPERGÁS sustentou que em razão da Lei que isentava o ICMS nas saídas internas de gás

canalizado para as usinas termelétricas no Estado de Pernambuco, o ICMS interestadual deixou de ser não cumulativo para figurar como cumulativo, sendo possível repassá-lo ao custo do gás. O Tribunal Arbitral proferiu sentença final em 15 de junho de 2011, julgando-se procedente o pedido feito pela TERMOPERNAMBUCO para que cessasse o repasse do ICMS interestadual ao custo de aquisição do gás natural pela COPERGÁS.

Em 22 de agosto de 2011 a COPERGÁS ingressou com ação anulatória de sentença arbitral que tramita na 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, autuada sob o número 0298605-09.2011.8.19.0001. A sentença judicial de 1ª instância foi publicada em 09.01.2013, extinguindo o processo com julgamento do mérito, declarando-se a decadência do Direito de ação da Copergás. A Copergás interpôs apelação cível em 14 de fevereiro de 2013, tendo sido provido o recurso à unanimidade, em abril de 2014, pela 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desconstituindo e anulando a sentença arbitral e o processo de arbitragem para o seu início, para que a Petrobras seja parte no processo. A TERMOPERNAMBUCO apresentou recurso especial (Resp.) para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), sendo negado seguimento pelo TJ/RJ. Em Novembro/2014, a TERMOPERNAMBUCO apresentou Agravo de Instrumento para que o (STJ) apreciasse a decisão do (TJ/RJ). Agravo este distribuído sob o nº 655301/RJ. Em 02 de março de 2015 foi publicada decisão monocrática dando provimento ao agravo em recurso especial para apreciar o recurso especial interposto pela Termopernambuco. Em 13 de março de 2015 o recurso especial foi distribuído sob o nº 1519041/RJ. Em 01 de setembro de 2015 foi realizado o julgamento do recurso especial interposto pela Termopernambuco, sendo provido, por votação unânime, sendo publicado o acórdão em 11.09.2015. Em 18 de setembro de 2015 a COPERGÁS opôs embargos de declaração, sendo-os julgados improvidos. O processo foi remetido do STJ para que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro realize novo julgamento para os demais pedidos formulados na ação e não apreciados em quaisquer das instâncias do Poder Judiciário, conforme exposto no próprio acórdão do STJ. Assim, caso qualquer destes pedidos remanescentes seja acolhido, o resultado será o mesmo: a anulação da sentença arbitral discutida.

Poucos dias após o ajuizamento da ação anulatória de sentença arbitral, a TERMOPERNAMBUCO ingressou com ação de cumprimento de sentença arbitral, que tramita pela 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, sob o número 300946-08.2011.8.19.0001. Nessa ação, o juízo decidiu pela liberação à TERMOPERNAMBUCO dos valores até então depositados por ela na Conta de Custódia. Também como reflexo da referida decisão, a partir de agosto de 2011, a COPERGÁS deixou de faturar contra a TERMOPERNAMBUCO a parcela do custo de aquisição do gás natural equivalente ao ICMS interestadual da operação de compra do produto perante a Petrobras.

Após ter deixado de faturar contra a TERMOPERNAMBUCO a parcela do custo de aquisição do gás natural equivalente ao ICMS interestadual, a COPERGÁS passou a declarar controversos os respectivos valores que lhe foram cobrados pela Petrobras, valores estes que vinham sendo depositados em Conta de Custódia, sendo reconhecidos contabilmente no Passivo Circulante na rubrica de valores em controvérsia, juntamente com os valores anteriormente declarados controversos pela TERMOPERNAMBUCO.

Em outubro de 2013, foi firmada a transferência financeira entre COPERGÁS e PETROBRAS dos valores que estavam depositados em conta de custódia até então, no montante de R\$ 53.087 mil, seguindo dispositivo contratual e com expressa ressalva de que os valores transferidos permanecem em controvérsia. Desde então a COPERGÁS vinha liquidando na sua integralidade, todos os títulos com a PETROBRAS, seguindo dispositivo contratual e com expressa ressalva dos valores, mas sem deixar de constituir a controvérsia contabilmente no Passivo Circulante na rubrica de valores em controvérsia. Em contrapartida, como rubrica retificadora são registrados todos os pagamentos decorrentes dessa mesma controvérsia.

Diante desse cenário, os advogados da Companhia avaliaram como possível o êxito da COPERGÁS no procedimento judicial que requer a anulação da sentença arbitral, motivo pelo

qual, o montante a valores históricos, objeto da controvérsia declarada pela TERMOPERNAMBUCO e que se encontrava depositado na Conta de Custódia, até então contabilizado no Ativo Circulante como valores depositados em controvérsia, após ter sido restituído à TERMOPERNAMBUCO, foi reclassificado dentro do próprio Ativo Circulante, e posteriormente para o Ativo Não Circulante, para a rubrica de contas a receber de clientes.

Demais disso, considerando que a decisão de anulação da sentença e do processo arbitral iniciado pela TERMOPERNAMBUCO, proferido pelo TJ/RJ não possuiu efeito suspensivo e ante a não existência de qualquer recurso dotado desse efeito que impedisse a produção imediata dos regulares efeitos jurídicos oriundos da decisão, a COPERGÁS retomou o processo de faturamento que era realizado até o início de 2011, passando a cobrar o ICMS interestadual à TERMOPERNAMBUCO como custo do gás, o que durou até 11 de maio de 2015 quando por meio da medida cautelar, Processo nº: 24.294/RJ, a TERMOPERNAMBUCO obteve o efeito suspensivo do julgado pelo TJRJ.

Em 31 de dezembro de 2017 o balanço dos valores totais envolvidos em controvérsia era de R\$ 192 milhões, como apresentado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Controvérsia declarada pela TERMOPERNAMBUCO (a)	32.443.744	32.443.744
Controvérsia declarada pela COPERGÁS (b)	134.388.429	134.388.429
Valores faturados e não pagos pela TERMOPERNAMBUCO (c)	25.176.673	25.176.673
Valores totais em discussão	192.008.846	192.008.846
Valores Pagos em controvérsia	(134.339.540)	(134.339.540)
Saldo	57.669.306	57.669.306
Circulante		-
Não Circulante	57.669.306	57.669.306
	57.669.306	57.669.306

(a) Controvérsia declarada pela TERMOPERNAMBUCO dentre dez/2007 e ago/2011;

(b) Controvérsia declarada pela COPERGÁS dentre set/2011 a set/2014 e mai/2015 a mar/2016;

(c) Valores faturados de out/2014 a abr/2015 não pagos pela TERMOPERNAMBUCO sem declaração de controvérsia.

Em 14 de dezembro de 2015 foi aprovada a Lei nº 15.674, que revogou a Lei estadual nº 12.556, de 7 de abril de 2004, revogando portanto a isenção do ICMS nas saídas internas de gás natural utilizado por usina termoeletrica. Tal lei produziu seus efeitos a partir de 1º de abril de 2016, pelo que cessou a isenção de ICMS no Estado para fins de fornecimento de gás às usinas termoeletricas, passando a operação de venda de gás à Termopernambuco a ter a tributação normal pelo ICMS.

Em 09.09.2013 a COPERGÁS foi notificada pela PETROBRAS S.A. sobre a instauração de arbitragem n. 2013.00890, que tramita perante o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA). O objeto consiste na cobrança do valor do ICMS em razão da venda interestadual de gás. A PETROBRAS aditou à inicial para incluir a TERMOPERNAMBUCO no polo passivo e acrescer o pedido de reequilíbrio econômico financeiro dos contratos, tendo em vista a defasagem do preço do gás. A TERMOPERNAMBUCO se manifestou pela sua exclusão da arbitragem, o que foi objeto de impugnação pela COPERGÁS e PETROBRAS. Em 17.06.2015 a COPERGÁS se manifestou sobre a petição inicial da PETROBRAS, explanando sobre os pontos de sua defesa.

Em 18.09.2015 o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) nomeou os árbitros para comporem o tribunal arbitral, diante das divergências das partes. A arbitragem possui alegações Iniciais; Respostas das Partes; Réplicas das Partes; pareceres e contra pareceres técnicos, ainda se encontrando em fase de produção de provas. O Tribunal Arbitral decidiu: i) pela rejeição do pedido da Termopernambuco de exclusão da arbitragem; ii) pela inexistência de confusão com o objeto da decisão do procedimento arbitral anterior, não se inviabilizando, assim, a apresentação

dos pedidos formulados pela Copergás; e, iii) Pela rejeição da alegação de falta de interesse de agir da Copergás quanto aos seus pedidos subsidiários.

A arbitragem se encontra em trâmite e na fase de produção de provas.

Os valores atualizados das causas em 31 de dezembro de 2017, segundo os consultores jurídicos, estão estimados em montantes de R\$ 35.967.403,55 (ação anulatória de sentença arbitral que tramita na 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, autuada sob o número 0298605-09.2011.8.19.0001) e de R\$ 74.686.695,57 (Procedimento arbitral nº: 2013.00890) e consideram a probabilidade de perda possível.

21 PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em conformidade com as disposições contidas na Lei Nº. 10.101/2000 e com a Política de Participação nos Resultados pelos empregados aprovada pelo Conselho de Administração, foi proposto o Programa de Participação nos Resultados - PPR para o exercício 2017, negociado nos termos do Inciso I do Art. 2º da referida Lei. Também para o exercício 2017 foi estabelecido o Programa de Participação nos Lucros - PPL, com base nas disposições contidas na Lei Nº. 6.404/1976 e na Política de Participação nos Lucros pelos Diretores aprovada pelo Conselho de Administração. O valor provisionado para o exercício de 2017 a título de Participação nos Lucros aos Diretores e Participação nos Resultados aos empregados foi de R\$ 1.965.066,71, e está apresentado na rubrica de “Despesas Gerais e Administrativas” na demonstração do resultado consolidado.

22 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia oferece desde 2010 aos empregados plano de previdência privada, na modalidade plano fechado de contribuição definida, em que a contribuição da empresa é paritária à contribuição do empregado até o limite de 6% do salário, conforme opção do empregado. O Plano GASPREV é um plano multipatrocinado administrado pela PETROS, totalmente desvinculado dos demais planos administrados pela mesma, não havendo solidariedade entre a COPERGÁS na qualidade de patrocinadora e os demais patrocinadores ou instituidores dos demais planos de previdência administrados pela PETROS. No decorrer de 2017 as contribuições totais ao plano somaram R\$ 1.140.390,09 dos quais R\$ 562.880,90 referem-se aos valores patrocinados pela COPERGÁS.

**ROBERTO CARLOS MOREIRA
FONTELLES**
Diretor Presidente

**LUCIANO COUTO ROSA
GUIMARÃES**
Diretor Administrativo-Financeiro

JAILSON JOSÉ GALVÃO
Diretor Técnico-Comercial

ALEXANDRE CARLOS DE CARVALHO LISBÔA
Contador CRC-PE 016.912/O-1